

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

OS TERRITÓRIOS DE CULTURAS EM MATO GROSSO: MANIFESTAÇÕES ORIGINÁRIAS, HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL DE MATRIZES E SUAS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA MARCHA PARA O OESTE

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11942>

Submetido em: 2025-05-08

Postado em: 2025-06-30 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

BRUNA ANDRADE IRINEU (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Doutorado em Política Social

Linha de Pesquisa: Política Social e Direitos Sociais

**TERRITÓRIOS DE CULTURAS EM MATO GROSSO: MANIFESTAÇÕES
ORIGINÁRIAS, HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL DE MATRIZES E SUAS
TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA MARCHA PARA O OESTE**

***Cultural territories in Mato Grosso: indigenous manifestations, cultural
hybridization of matrices, and their transformations triggered by the march to the west***

RESUMO: O artigo analisa os territórios culturais de Mato Grosso sob perspectivas históricas, sociais e econômicas, explorando as manifestações originárias, a hibridização cultural e as transformações provocadas por políticas como a Marcha para o Oeste. A pesquisa identifica os impactos da modernização e do capitalismo sobre as comunidades tradicionais e indígenas, destacando a mercantilização da cultura e os conflitos sociais resultantes. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, embasada em autores como Haesbaert, Canclini e Harvey, o estudo reflete sobre os desafios contemporâneos desses territórios, como a globalização, a desigualdade social e a preservação da identidade cultural. Conclui-se pela necessidade de políticas públicas inclusivas que promovam a sustentabilidade, a diversidade cultural e a justiça social no estado.

ABSTRACT: This article analyzes the cultural territories of Mato Grosso from historical, social, and economic perspectives, exploring indigenous manifestations, cultural hybridization, and the transformations triggered by state policies such as the “March to the West.” The research identifies the impacts of modernization and capitalism on traditional and Indigenous communities, highlighting the commodification of culture and the resulting social conflicts. Through an interdisciplinary approach, grounded in authors such as Haesbaert, Canclini, and Harvey, the study reflects on contemporary challenges faced by these territories, including globalization, social inequality, and the preservation of cultural identity. It concludes by advocating for inclusive public policies that promote sustainability, cultural diversity, and social justice in the state.

CARVALHO, Luis Fabricio Cirillo de.
UFMT; fabricio@ciasinfonica.com
<https://orcid.org/0009-0007-8654-4277>

Palavras-chave: Territórios culturais; Hibridização Cultural; Mercantilização da Cultura; Mato Grosso; Marcha para o Oeste.

1. Introdução

Mato Grosso, situado no coração geográfico do Brasil, destaca-se por sua rica diversidade cultural, resultado de influências históricas e sociais diversas. Este estudo investiga algumas dinâmicas culturais do estado, abordando manifestações originárias, processos de hibridização cultural e transformações impulsionadas por políticas como a Marcha para o Oeste. Analisa-se como essas interações moldam os territórios culturais, compreendidos não apenas como espaços geográficos, mas também como construções sociais carregadas de significado, profundamente influenciadas pelas relações de poder e pelo avanço do capitalismo.

A metodologia do presente artigo baseou-se na realização de uma pesquisa bibliográfica, adequada para a natureza teórica conceitual do estudo, utilizando como fontes principais livros, artigos científicos e outros materiais acadêmicos que abordam os conceitos centrais e o contexto das dinâmicas culturais no estado de Mato Grosso. A escolha por esta abordagem teve como objetivo consolidar uma base teórica consistente e abrangente, capaz de subsidiar a análise das manifestações culturais, dos processos de hibridização e das transformações históricas relacionadas à Marcha para o Oeste e à expansão do capitalismo. A seleção dos materiais priorizou estudos que dialogam com as perspectivas de autores importantes nas áreas de geografia, sociologia e estudos culturais, garantindo, assim, um tratamento interdisciplinar e crítico ao tema investigado.

A abordagem contribui para o entendimento das fronteiras e territórios como aspectos multifacetados, envolvendo aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos, essenciais para aprofundar o estudo e a aplicação da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social: Territórios e Fronteiras.

2. Territórios

(...) não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.

(Gilles Deleuze, 1997)

O território não é apenas um espaço físico ocupado, mas o resultado de relações sociais, culturais e políticas que configuram e dão significado ao espaço. É produzido por meio de práticas sociais, representações simbólicas e pela interação de diferentes agentes/atores no espaço, sempre mediado por relações de poder. É o

resultado de um processo de territorialização, que envolve a apropriação e a transformação de um espaço por um grupo social. Essa apropriação não é neutra, está ligada à cultura e às estratégias de uso dos recursos disponíveis. Um território singular emerge quando um grupo habita e transforma uma área, moldando-a de acordo com suas necessidades e sua cultura. Assim, o território é, antes de tudo, uma construção social, marcada pela intencionalidade e pela ação humana. Seu uso está relacionado à articulação entre o grupo social e às normas que regulam as práticas do espaço que coabitam. Essa organização coletiva reflete a necessidade de regulamentar e distribuir os usos dos territórios, criando um equilíbrio entre as necessidades individuais e coletivas. Essa dinâmica é essencial para a manutenção do território como uma unidade funcional e cultural, onde a apropriação é feita de forma compartilhada e ordenada.

À luz de uma visão mais pragmática da análise, pode se dizer que o território é construído por meio de mediações técnicas, que refletem o estágio de desenvolvimento de uma sociedade. O estágio técnico influencia diretamente os usos do território pois sociedades com maior complexidade técnica e organizacional têm maior capacidade de diversificar suas formas de ocupação e de gestão do território, o que resulta em usos mais distintos e especializados.

O conceito de território, conforme desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004), transcende seu entendimento inicial na Geografia e assume um caráter multidimensional, sendo amplamente discutido em diversas áreas das ciências humanas. Na Geografia, o território é frequentemente associado às relações de poder, apropriação e controle de espaços. Contudo, Haesbaert amplia essa visão, enfatizando que o território também abarca aspectos simbólicos e subjetivos.

É exatamente nessa complexidade que outras disciplinas, como a Psicologia, encontram ressonância para explorar o conceito. Para os sujeitos da sociedade, o território representa mais do que um espaço físico delimitado; ele está intimamente ligado à construção de identidade, às experiências de pertencimento e à simbolização das relações sociais.

A análise do território alinha-se com a visão de Raffestin (1993), na medida em que enfatiza o caráter socialmente construído do espaço e a importância das relações

de poder na configuração territorial. O território não é apenas um dado físico, mas um produto das interações humanas mediadas pela cultura, pela técnica e pelas normas sociais. Essas dimensões são fundamentais para compreender como os territórios se diferenciam e como as sociedades estabelecem suas formas de apropriação e uso coletivo do espaço.

A territorialidade, portanto, é um fenômeno complexo que se manifesta nas relações cotidianas das pessoas com o espaço. Ela é dinâmica e adaptável às necessidades de cada sociedade, sendo moldada por fatores como a busca por recursos e a construção de identidades. É um conceito multifacetado que envolve as relações sociais e a dinâmica de um lugar específico ao longo do tempo. Ela é moldada pelas necessidades de uma sociedade e construída ativamente por seus membros.

Milton Santos (2002) também se dedica a esse conceito de território, enfatizando a importância da territorialidade, assim como aspectos de identidade:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p. 96).

Santos destaca a relação profunda entre território e identidade, enfatizando como o cotidiano das leis molda essa conexão. Sugere que o território vai além de um espaço físico, representando também um elemento simbólico que contribui para a formação das identidades. No cotidiano, as práticas culturais, as interações sociais, e as experiências vivenciadas em um território específico tornam-se fundamentais para a construção do senso de pertencimento e identificação de um grupo ou indivíduo. O autor argumenta que os territórios são espaços marcados pela ação humana e suas relações culturais, sociais e econômicas. Enfatiza, ainda, que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço vívido, impregnado de significado.

A partir da ocupação e modificação dos espaços, os seres humanos constroem identidades e características próprias desses territórios, moldando-os segundo suas necessidades, valores e ações. Assim, cada território reflete tanto as dinâmicas naturais quanto as culturais, formando uma unidade única que é continuamente transformada.

3. Manifestações originárias

A rica cultura de Mato Grosso é resultado de uma intrínseca mistura de influências indígenas, africanas, europeias e, mais recentemente, de outras regiões do Brasil. Essa miscigenação deu origem à manifestações artísticas e culturais únicas, que refletem a história e identidade do estado.

As manifestações culturais originárias em Mato Grosso estão profundamente ligadas à história e à resistência dos povos indígenas da região. Essas práticas são formas de reafirmação da territorialidade indígena, que transcendem a posse física da terra, incorporando vínculos espirituais e culturais. Apesar do impacto da colonização, do avanço do agronegócio e da urbanização, essas tradições permanecem vivas, preservando a memória e a identidade. Os povos originários enfrentaram séculos de exploração, violência e tentativas de apagamento cultural, intensificados pelo projeto de expansão territorial do século XX. Paralelamente, as comunidades negras e quilombolas de Mato Grosso também contribuíram significativamente para a diversidade cultural do estado. Originadas no contexto da escravidão e da formação de quilombos, especialmente durante o ciclo do nosso século XVIII, essas comunidades enfrentam desafios como a regularização fundiária, fundamental para proteger seus territórios e modos de vida.

Para contextualizar, Souza e Prioste (2017) abordam as manifestações originárias a partir de uma perspectiva que destaca aspectos históricos, culturais e sociais. A expressão geralmente está relacionada ao entendimento e valorização de práticas, tradições ou manifestações culturais enraizadas em contextos originários, como os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais.

4. Transformação pela Marcha para o Oeste

A Marcha para o Oeste foi uma política do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, com o objetivo de ocupar e desenvolver as regiões interioranas do Brasil, especialmente o Centro-Oeste e o Norte. A ideia era integrar essas áreas ao

restante do país e impulsionar o crescimento econômico. No entanto, esta política de colonização promovida pelo governo brasileiro no século XX, trouxe mudanças significativas aos territórios culturais de Mato Grosso (Moreno, 1999). A ação teve um impacto profundo e duradouro nos territórios culturais do estado, não se caracterizado apenas um processo de ocupação territorial, mas também como uma profunda transformação cultural. Embora tenha impulsionado o desenvolvimento econômico do Brasil, trouxe consigo consequências sociais e culturais profundas, especialmente no que diz respeito à perda da diversidade cultural e ao surgimento de conflitos sociais (Oliveira, 2007).

Dentre algumas consequências deste processo, estão a migração em massa para o interior do estado, provocando grandes transformações na composição populacional das regiões, com o crescimento de cidades e o surgimento de novas comunidades; o avanço do agronegócio com políticas próprias de incentivo financeiro expandindo a fronteira agrícola e a modernização das técnicas de produção; os profundos impactos ambientais com a ocupação acelerada do território causando diversos problemas como desmatamento, erosão do solo e poluição de rios; a disputa por terras, a exploração de mão de obra e a marginalização de comunidades tradicionais gerando diversos embates sociais e a perda da diversidade cultural provocando uma homogeneização cultural, a imposição de um modelo de desenvolvimento padrão, levando à perda da diversidade cultural das regiões ocupadas.

O surgimento de conflitos sociais é aspecto que merece ser destacado. A expansão da fronteira agrícola e a ocupação de novas áreas levaram à disputa por terra entre os novos colonos, os fazendeiros e os povos indígenas, que viam seus territórios tradicionais invadidos. Nesse mesmo sentido, a necessidade de mão de obra barata para as atividades agrícolas e de construção civil resultou na exploração de trabalhadores, muitas vezes oriundos de regiões mais pobres do país, que viviam em condições precárias de trabalho e moradia.

A chegada de muitos migrantes, com costumes e valores diferentes, e a imposição de um modelo de desenvolvimento homogêneo, levaram ao enfraquecimento e, em muitos casos, ao desaparecimento de tradições e conhecimentos ancestrais das populações locais, especialmente dos povos indígenas. Os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais foram

marginalizados e excluídos dos benefícios do desenvolvimento, sofrendo discriminação e violência estimulando, inegavelmente, o surgimento da desigualdade social. A concentração de terras nas mãos de poucos e a desigualdade na distribuição da renda agravaram os conflitos sociais, gerando tensões e instabilidade nas regiões ocupadas.

Dentre os fatores que contribuíram para o surgimento destes problemas, está o modelo de desenvolvimento adotado durante a Marcha para o Oeste, baseado na exploração dos recursos naturais e na monocultura, privilegiando os interesses econômicos em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. A ausência de políticas públicas adequadas para proteger os direitos das populações tradicionais e promover a inclusão social um outro fator que contribuiu para a intensificação dos enfrentamentos.

Compreender que territórios são espaços marcados pela ação humana e suas relações culturais, sociais e econômicas é fundamental para entender os impactos desta política de colonização sobre os povos indígenas e demais comunidades tradicionais. Ela frequentemente desconsiderou os laços culturais, espirituais e sociais desses direitos com seus territórios, resultando em deslocamentos forçados e perda de espaços essenciais para a manutenção de suas identidades culturais.

A Marcha para o Oeste, portanto, não representa apenas um processo de integração territorial e econômica, mas também um movimento marcado por exclusão, desigualdade e destruição. Esses impactos repercutem até hoje nas disputas por reconhecimento territorial, justiça social e preservação ambiental na região Centro-Oeste do Brasil. Esse processo histórico foi profundamente influenciado pela lógica capitalista, em que a busca por lucros, a concentração de terras e a exploração dos recursos naturais figuraram como principais motores. Assim, considera-se a ação governamental pró interiorização um marco temporal crucial para o presente estudo, pois a partir dela os territórios físicos e culturais de Mato Grosso passaram por profundas transformações.

Em Mato Grosso, a Marcha para o Oeste é um exemplo emblemático de como os processos históricos de ocupação territorial e desenvolvimento econômico moldaram as relações sociais e culturais. Essa dinâmica gerou um hibridismo cultural

e transformou as identidades locais, além de evidenciar como as relações de poder se manifestam no território.

Dessa forma, a partir dessa contextualização histórica e temporal, este estudo busca aprofundar a análise do hibridismo cultural em Mato Grosso, originado pela interação entre diferentes culturas e tradições. Examinando também as relações de poder e os processos históricos que se desenvolveram para a modulação do espaço geográfico do estado. Além disso, refletindo sobre a influência do capitalismo na organização do espaço e na formação cultural, trazendo à tona os desafios contemporâneos desses territórios, como os impactos da globalização, a perpetuação da desigualdade social e a necessidade de preservação das identidades culturais.

5. Hibridização Cultural de matrizes

O conceito de hibridização cultural refere-se à mescla de matrizes culturais distintas (tradicionais, modernas, populares, eruditas, locais, globais) que se fundem gerando novas expressões. Essa abordagem rejeita visões binárias ou essencialistas sobre a cultura, defendendo que as formas culturais contemporâneas resultam de processos históricos de interação e negociação simbólica.

No caso de Mato Grosso, distintas influências – indígenas, africanas, ribeirinhas, migrantes de outras regiões – convergem e se transformam em meio à presença cada vez maior do mercado e das políticas de Estado, conforme será abordado adiante.

O hibridismo cultural, embora promova a diversificação e o diálogo intercultural, também carrega consigo profundas contradições. A globalização intensificou esse fenômeno, reduzindo distâncias e promovendo a disseminação das narrativas midiáticas. Apesar de conectar diferentes partes do mundo, essa homogeneização é marcada pelo imperialismo cultural e a indústria cultural de massa, que se apresentam como modelo global de vida.

Canclini, em obras como "Culturas Híbridas", analisa como a cultura se torna um produto a ser consumido e como as identidades se constroem a partir dessas práticas. Destaca a hibridização cultural como característica marcante da contemporaneidade, onde diferentes elementos se misturam, gerando novas formas de expressão. Para ele, os territórios não são mais lugares estanques, mas espaços híbridos onde diferentes culturas se encontram e se misturam. Os autores que vivem

nesses territórios são agentes ativos nesse processo, produzindo culturas híbridas que refletem a diversidade de suas experiências e vivências.

A cultura não é um campo neutro; é profundamente influenciado pelas relações de poder. Assim, importante trazer Yazbek, sobre obra de Foucault, quando enfatiza que o poder não é apenas coercitivo, mas também produtivo, moldando o que é considerado conhecimento, valor e norma de modo que as manifestações culturais legitimadas são frequentemente aquelas alinhadas aos interesses de grupos dominantes, enquanto as culturas de grupos marginalizados podem ser desvalorizadas ou estigmatizadas (Yazbek, 2012).

A hibridização cultural é um fenômeno marcante em Mato Grosso, resultado da interação entre matrizes culturais indígenas, africanas e europeias. Contudo, também evidencia tensões entre a preservação de tradições e as demandas da modernidade. Além disso, as dinâmicas de poder influenciam quais manifestações são valorizadas ou marginalizadas, moldando a identidade cultural contemporânea do estado.

6. Hibridismo cultural dos territórios mato-grossense sob a ótica do capitalismo

David Harvey (2001, 2006) aborda a relação intrínseca entre capitalismo, espaço e cultura, argumentando que, na lógica do capitalismo avançado, não há limites para a mercantilização. Todas as esferas da vida social podem ser cumpridas como fontes de valor, incluindo a cultura. Descreve como a cultura, no capitalismo contemporâneo, é reconfigurada e mercantilizada, transformando práticas e símbolos locais em produtos globais. Esse processo resulta em um hibridismo cultural, no qual elementos originários são misturados e adaptados para atender às demandas do mercado global, muitas vezes perdendo suas características autênticas.

Em suas obras apresenta uma análise crítica sobre como o capitalismo contemporâneo vai além da esfera econômica tradicional, abrangendo e expandindo diversas dimensões da vida social em fontes de valor mercantil. Nesse contexto, a cultura, compreendida como um conjunto de práticas, símbolos e significados compartilhados, é realizada e reconfigurada de maneira a ser comercializada e valorizada economicamente.

A cultura local, por sua vez, muitas vezes se torna espetacularizada, sendo promovida como uma mercadoria embalada para o consumo, desprovida de sua

profundidade histórica e desvinculada de suas origens comunitárias. Um aspecto central do seu pensamento é a concepção de que o espaço não é um dado natural, mas sim produzido socialmente. Sob o capitalismo avançado, o espaço é transformado em um recurso para investimento e acumulação de capital. Nesse processo, os valores culturais e simbólicos de um lugar são protegidos e redimensionados para atender a interesses econômicos.

As ideias de David Harvey sobre a mercantilização da cultura e a produção capitalista do espaço encontram um terreno fértil em Mato Grosso. O estado, com sua rica diversidade cultural e paisagens exuberantes, tem sido cada vez mais alvo de processos de valorização e mercantilização, muitas vezes em detrimento das comunidades locais e da preservação ambiental.

O Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo, é um exemplo clássico de como a natureza exuberante pode ser transformada em um produto turístico. A construção de resorts de luxo, a oferta de passeios guiados e a promoção de atividades de ecoturismo, embora gerem renda, ocasionam degradação ambiental e perda da identidade cultural das comunidades tradicionais que habitam a região.

Festas tradicionais como, por exemplo, o Festival do Pantanal são transformadas em grandes eventos comerciais, atraindo turistas e gerando lucros para empresas do setor de turismo e entretenimento. No entanto, a comercialização excessiva pode levar à perda da autenticidade dessas celebrações e à padronização das manifestações culturais.

As grandes cidades matogrossenses, como Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop estão experimentando um processo de urbanização acelerada, com a construção de grandes empreendimentos imobiliários e a valorização de determinadas áreas. Essa dinâmica pode levar à expulsão de populações de baixa renda e à homogeneização do espaço urbano, com a perda de características culturais e históricas. A identidade cultural desses espaços é transformada em uma “marca” que atrai turistas, consumidores de alto padrão e investidores. No entanto, essa valorização frequentemente eleva o custo de vida, expulsa os grupos sociais originais e converte a cultura local, anteriormente vivenciada pela comunidade, em uma mercadoria. Esse processo está relacionado ao conceito de “acumulação por

despossessão”¹, central na obra deste geógrafo marxista, no qual bens e espaços anteriormente acessíveis ou comunitários são privatizados e integrados à lógica do mercado.

A expansão do agronegócio em Mato Grosso, com a monocultura da soja e a criação de gado em larga escala, tem levado à destruição de vastas áreas de floresta e à concentração de terras nas mãos de poucos. Esse modelo produtivo, além de gerar impactos ambientais, tem gerado conflitos agrários e sociais, com a expulsão de pequenos agricultores e povos indígenas de suas terras.

Nessa perspectiva, a análise deste teórico permite compreender como os processos de globalização e a lógica do mercado têm transformado profundamente a realidade mato-grossense. A mercantilização da cultura, a produção capitalista do espaço e a acumulação por despossessão são fenômenos que moldam a paisagem social e econômica do estado. É fundamental, portanto, que a sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público atuem para garantir a preservação do patrimônio cultural, a promoção da justiça social e a sustentabilidade ambiental em Mato Grosso.

7. Canclini e Harvey: territórios formados pelos atores que neles vivem

Néstor García Canclini e David Harvey oferecem perspectivas valiosas para analisar a relação entre os indivíduos, os territórios e a produção cultural. Ambos os autores, em suas obras, exploram como os espaços geográficos são moldados e moldam, por sua vez, as identidades e as práticas culturais.

Canclini centra sua análise na hibridização cultural e na construção de identidades em um mundo globalizado. Para ele, os territórios não são mais lugares estanques mas espaços híbridos onde diferentes culturas se encontram e se misturam. Os atores que vivem nesses territórios são agentes ativos nesse processo,

¹ Refere-se ao processo contínuo em que recursos, terras, direitos e meios de subsistência são retirados dos indivíduos, comunidades ou estados e transferidos para o controle do capital privado, promovendo a concentração de riquezas. Por meio deste conceito, Harvey atualizou e expandiu a teoria marxista da acumulação primitiva no contexto do capitalismo contemporâneo. As privatizações, a flexibilização das leis, os deslocamentos de populações e a apropriação de terras e bens naturais de comunidades indígenas, rurais ou tradicionais são algumas das principais formas de “acumulação por despossessão” Segundo o autor, é um mecanismo pelo qual o capitalismo resolve suas crises, criando novos mercados, concentrando capital e reproduzindo desigualdades.

produzindo culturas híbridas que refletem a diversidade de suas experiências e vivências.

Harvey, por sua vez, enfatiza a relação entre o capitalismo e a produção do espaço. Para este, os territórios são constantemente transformados pelas forças do mercado e pela acumulação flexível. Os atores que vivem nesses territórios são sujeitos às dinâmicas do capitalismo, que moldam suas vidas e suas experiências culturais.

Ambos os autores concordam que os territórios não são entidades naturais, mas construções sociais que são produzidas e reproduzidas através das práticas culturais. Ambos destacam a formação de identidades híbridas nos territórios, resultado da interação entre diferentes culturas e da globalização. Reconhecem a agência dos indivíduos na produção e transformação dos territórios, embora o geógrafo britânico enfatize mais as contradições e os conflitos inerentes a esse processo.

Quando consideramos os territórios formados pelos atores da sociedade, podemos identificar alguns pontos em comum nas obras desses teóricos. Os atores da sociedade, ao viverem em determinados lugares, contribuem para a construção de identidades locais e nacionais, podendo resistir às forças de homogeneização e globalização, apropriando-se dos espaços e recriando-os de acordo com suas próprias experiências e valores. Por intermédio de suas obras, os indivíduos podem atribuir novos significados aos lugares, desafiando as representações dominantes e criando novas narrativas sobre o território.

Em resumo, nos convidam a pensar os territórios como espaços dinâmicos e em constante transformação, onde as identidades são construídas e reconstruídas por meio das práticas culturais. Cada pessoa que vive nos territórios são agentes ativos nesse processo, contribuindo para a criação de paisagens culturais complexas e diversificadas.

8. Mercantilização

Embora com abordagens distintas, os dois pensadores convergem em suas análises sobre a mercantilização da cultura. Ambos destacam os profundos impactos da globalização e do capitalismo na produção, circulação e consumo cultural.

Canclini mostra como a globalização e o consumo massificado levam à criação de produtos culturais híbridos, que misturam elementos de diferentes culturas e tradições. A hibridização cultural também molda as identidades, que se tornam cada vez mais fluidas e complexas, desafiando as noções tradicionais de cultura nacional. Harvey, ao analisar a relação entre o capitalismo e a cultura, destaca como a acumulação flexível e a financeirização da economia impulsionam a produção cultural como mercadoria. A produção cultural se torna cada vez mais flexível, adaptando-se às demandas do mercado. Ambos os autores concordam que a cultura se tornou uma mercadoria, sujeita às leis do mercado e à lógica da acumulação. Destacam a importância da globalização e da hibridização cultural para entender as transformações contemporâneas. Suas análises são complementares e oferecem uma visão abrangente sobre a mercantilização da cultura na contemporaneidade. Ao compreender os processos de hibridização cultural e a lógica do capitalismo, podemos analisar de forma mais crítica o papel da cultura em nossas vidas e as implicações dessas transformações para a sociedade.

Nesse cenário, é importante compreender como a mercantilização da cultura reflete e reforça desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que redefine os significados das próprias práticas culturais. Quando expressões artísticas locais são cooptadas por interesses corporativos, há o risco de esvaziamento de suas narrativas originárias, transformando o que antes era um símbolo de identidade e resistência em um produto de consumo globalizado. Ainda assim, Harvey enfatiza que os sujeitos envolvidos na criação cultural não são passivos. Eles atuam como agentes de resistência, resgatando significados, reinventando linguagens e reivindicando espaços para o exercício autônomo da cultura. Sua perspectiva crítica sugere também a necessidade de se pensar em modelos alternativos de circulação e valorização cultural que escapem à dinâmica capitalista. Isso envolve fomentar práticas que privilegiam a dimensão coletiva, participativa e contextualizada das experiências culturais, incentivando iniciativas que promovam a sustentabilidade cultural e o empoderamento das comunidades locais. Em última instância, a cultura não é apenas um reflexo das relações sociais existentes, mas também um campo de disputa e transformação, onde diferentes projetos de sociedade se encontram e se confrontam. Dessa forma, a resistência à mercantilização da cultura torna-se parte essencial das lutas mais amplas por justiça social e direitos coletivos.

9. Conclusões e desafios para os territórios culturais de Mato Grosso

Este estudo analisou as dinâmicas culturais e territoriais de Mato Grosso, com foco nos impactos decorrentes a partir da Marcha para o Oeste, da hibridização cultural e dos processos de mercantilização que influenciaram as manifestações culturais locais. A partir de uma abordagem interdisciplinar, foram identificados desafios significativos enfrentados pelos territórios culturais do estado, destacando-se os efeitos da globalização, do capitalismo e das transformações socioambientais.

O conceito de território, amplamente debatido por autores como Haesbaert, Milton Santos, Canclini e Harvey, foi essencial para articular as múltiplas dimensões que atravessam a construção e a apropriação do espaço em Mato Grosso. Esses territórios, marcados pelo hibridismo cultural e pela resistência das comunidades locais, destacam-se como espaços de disputa e negociação, onde diferentes matrizes culturais convergem e se transformam.

A globalização, ao intensificar os fluxos culturais e econômicos, tende a promover a homogeneização cultural, ameaçando as especificidades locais e regionais de Mato Grosso. A lógica capitalista, por sua vez, transforma os espaços culturais em unidades de produção e consumo, exacerbando as desigualdades sociais e gerando conflitos nos territórios. A exploração desenfreada dos recursos naturais, como a mineração e a agricultura, tem impactado negativamente tanto o meio ambiente quanto as comunidades tradicionais, levando à marginalização de grupos minoritários e à perda de suas expressões culturais.

A preservação do patrimônio cultural enfrenta obstáculos com a urbanização acelerada, as mudanças nos modos de vida e a falta de reconhecimento das culturas tradicionais. No entanto, as comunidades locais têm buscado resistir a essas pressões através da construção de identidades híbridas, que combinam elementos culturais locais com influências externas. Essa hibridização pode ser tanto uma fonte de fortalecimento quanto de fragmentação cultural, dependendo de como é conduzida.

Para superar esses desafios, é essencial a implementação de políticas públicas que valorizem a diversidade cultural, reconheçam as diferentes identidades e tradições, e apoiem as iniciativas das comunidades locais na gestão de seus territórios e na preservação de seu patrimônio cultural. Além disso, é crucial promover o diálogo entre diferentes grupos culturais, integrando a cultura nas políticas de

desenvolvimento de forma a equilibrar a preservação do patrimônio cultural com o crescimento econômico.

Este trabalho representa um ponto de partida para futuras pesquisas, que poderão aprofundar questões como a resistência cultural das comunidades tradicionais e indígenas frente à mercantilização e à globalização; a análise crítica de políticas públicas inclusivas – maneiras de serem implementadas e quais os desafios específicos para suas implementações – e o levantamento empírico de estratégias de preservação e transformação cultural, com estudos de casos que possam fortalecer a argumentação trazida neste estudo inicial. O objetivo final é contribuir não apenas para o debate acadêmico, mas também para a promoção de ações concretas que fortaleçam a diversidade cultural e a justiça social nos territórios de Mato Grosso.

Conflito de interesses

O autor declara que não possui qualquer conflito de interesses financeiro, comercial, acadêmico ou pessoal que possa ter influenciado de maneira indevida a condução da pesquisa, a interpretação dos dados ou a redação deste manuscrito.

Esta declaração está de acordo com as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE) e com as boas práticas de integridade científica.

Referências

CANCLINI, Nestór Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 2011.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempo de globalização. Espaço, tempo e crítica**, v. 1. n. 2, p.45, 15 ago. 2007

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

MACHADO, Maria Fátima Roberto (Org.). **Diversidade sociocultural em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008. 144 p.

MORENO, Gislaene. **O PROCESSO HISTÓRICO DE ACESSO A TERRA EM MATO GROSSO**. Geosul, v. 14, n. 27, p. 67–90, 1 jan. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>. Acesso em: 17 jan. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 530 p.

O PROCESSO DE HIBRIDAÇÃO CULTURAL: PRÓS E CONTRAS | TEMÁTICA. [s. d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/21983>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODACKI, Bárbara Lopes Caldeira. **O impacto do território e das relações com a terra nas identidades das irmãs Bibiana e Belonisia na obra Torto Arado de Itamar Vieira Júnior**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9.ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.

SOUZA, C. F. M. de; PRIOSTE, F. **Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina**. Revista Direito e Práxis, v. 8, p. 2903–2926, dez. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/31219>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3w6JYwmtbFd9JPRs7B88Fqw/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2025.

YAZBEK, Constantino. **10 lições sobre Foucault**. Petrópolis. Vozes. 2012.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.